

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

FREDERICO RANIERO TIBERY

REGIME MILITAR: A EXPERIÊNCIA POLÍTICO-CULTURAL DO BRASIL NOS ANOS
DE CHUMBO

Uberlândia, MG

2024

FREDERICO RANIERO TIBERY

REGIME MILITAR: A EXPERIÊNCIA POLÍTICO-CULTURAL DO BRASIL NOS ANOS
DE CHUMBO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel e licenciado em História, sob orientação de Prof. Dr. Marcelo Lapuente Mahl.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Lapuente Mahl

Uberlândia, MG

2024

FREDERICO RANIERO TIBERY

REGIME MILITAR: A EXPERIÊNCIA POLÍTICO-CULTURAL DO BRASIL NOS ANOS
DE CHUMBO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel e licenciado em História, sob orientação de Prof. Dr. Marcelo Lapuente Mahl.

Uberlândia, 16 de Abril de 2024

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Gilberto César de Noronha
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Gustavo de Souza Oliveira
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Marcelo Lapuente Mahl
Universidade Federal de Uberlândia

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a meus pais, por sempre incentivarem e patrocinarem meus estudos, quando disseram que através do conhecimento é que poderia ser alguém e cidadão. A minha mãe, particularmente, pelo exemplo da formatura tardia e o denodo para superar limites que a vida lhe impôs.

Agradeço a minha esposa, Mariangela, pela compreensão e aceitação de minha ausência noturna nos 05 anos que minha graduação exigiu. Às minhas filhas, Mariana e Anna Laura, pelo incentivo e apoio ofertados.

Aos colegas da 42^o turma de História da UFU, por enriquecerem com sua juventude e entusiasmo o transcorrer do curso, obrigado meus jovens.

Meus agradecimentos também ao Prof. Dr. Alcides Gomes Freire que devido a sua aposentadoria não pôde concluir seu trabalho junto a mim de orientador de minha monografia. Aos demais professores do curso de História o meu obrigado pelos conhecimentos transmitidos e principalmente pelo desenvolvimento do olhar crítico, não só dentro da História, mas, para a vida.

Finalmente agradeço ao Prof., Dr. Marcelo Lapuente Mahl, emérito professor do curso de História da UFU, pela atenção, disposição e aceite em ser meu orientador neste trabalho final de curso, minha admiração professor, sua atuação profissional engrandece a profissão.

RESUMO

Este trabalho trata-se de uma análise bibliográfica onde revisita os chamados “Anos de Chumbo” da realidade política e cultural brasileira, buscando razões desde a era Getúlio Vargas para os tristes acontecimentos que culminaram em 1964 com o golpe militar. Cada capítulo foi dividido em parte cultural e política, pois essas duas nuances tiveram enorme importância no desenrolar dos acontecimentos. A presença militar no governo brasileiro remonta a Proclamação da República, mas, foi a partir do governo de Getúlio Vargas que se introduziu definitivamente em nossa realidade política. Censura, repressão, tortura, exílio, e autoritarismo foram fatores que permearam a época, entretanto, houve também avanço econômico, modernização, relações internacionais, educação, e cultura exemplificada na criatividade dos artistas brasileiros para escapar da censura, um marco que reverbera até atualmente. O tema sempre será controverso, porém cabe à História com sua verve documental - e múltiplas interpretações dos fatos - para entendermos o desenrolar dos acontecimentos e termos opinião sobre. É fato que a ditadura militar deixou profundas marcas no povo brasileiro, contudo, hoje vivemos uma democracia sem torturas, exílio e violências motivadas por questões políticas ou ideológicas.

Palavras-chave: Ditadura Militar Brasileira; Aspecto Político; Aspecto Cultural; Censura; Artistas brasileiros.

ABSTRACT

This paper, a bibliography analysis, revisits the so-called “Anos de Chumbo” of Brazilian political and cultural reality, seeking reasons from the Getúlio Vargas era for the sad events that culminated in 1964’s military coup. Each chapter was divided into a cultural and political part, as these two nuances had enormous importance in the development of events. The military presence in the Brazilian government dates back to the Proclamation of the Republic, but it was from the government of Getúlio Vargas that it was definitively introduced into our political reality. Censorship, repression, torture, exile, and authoritarianism were factors that permeated the time, however, there was also economic advancement, modernization, international relations, education, and culture exemplified in the creativity of Brazilian artists to escape censorship, a milestone that reverberates to this day. The topic will always be controversial, but it is up to History with its documentary verve - and multiple interpretations of the facts - to understand the development of events and have an opinion on them. It is a fact that the military dictatorship left deep marks on the Brazilian people, however, today we live in a democracy without torture, exile and violence motivated by political or ideological issues.

Keywords: Brazilian Military Dictatorship; Political Aspect; Cultural Aspect; Censorship; Brazilian artists.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I.....	10
1. Um Olhar Sobre a Cultura e Política Brasileira No Pré Estabelecimento Do Poder Militar Em 1964	10
1.1. O aspecto político	10
1.1.1 O aspecto cultural	15
CAPÍTULO II.....	20
2. Os duros anos do regime militar	20
CAPÍTULO III	31
3. Anos Geisel, a flexibilização política, anos dourados de nossa cultura	31
3.1. O aspecto político	31
3.1.1. O aspecto cultural	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36

INTRODUÇÃO:

Este é um trabalho que tem como objetivo fazer uma releitura da produção cultural através de pesquisa bibliográfica no Brasil dos duros anos do regime militar.

O contexto do trabalho foca principalmente no aspecto cultural e político dos anos em que transcorreram os mandatos militares até o General Ernesto Geisel, período este rico em realizações culturais, motivado talvez pela censura que permeou o período da ditadura militar.

Censura esta que apresentava duas faces distintas, um “dos costumes morais”, que caía sobre a produção cultural e de entretenimento e outra chamada de “anti-subversiva” que se abatia sobre os meios de difusão de informações ou produção.

Dentro também do escopo da monografia, revisitaremos os anos que antecederam 1964, no sentido de conhecermos o lado político e cultural que regia aquele momento e mesmo após o levante cívico-militar, para estabelecermos bases, no intuito de privilegiarmos aquilo que mudou no país de 1964 a 1979, período de grande relevância histórica.

Este trabalho acrescentará um olhar investigativo-elucidador sobre a transcorrência de fatos históricos que deram brilho cultural em uma época em que a censura aos meios artísticos e de informação vigoravam, mas, que não impediram o fulgor de um tempo que se caracterizou pela criatividade dos artistas de então, ímpares em sua criatividade.

Artistas como Chico Buarque de Holanda, Caetano Veloso, Rita Lee, Gilberto Gil, Raul Seixas, alguns exemplos na música que foram presos e exilados, Paulo Coelho, na literatura, Glauber Rocha no cinema, Hélio Oiticica nas artes plásticas que colaborou no movimento tropicalista, e tantos outros que com sua arte engrandeceram nossa cultura e sentido de pertencimento ao Brasil.

Esta pesquisa se estruturará nos seguintes tópicos: capítulo I, capítulo II, capítulo III, e considerações finais. No capítulo I, trataremos do aspecto político/militar/cultural, antes do levante cívico/militar de 1964, onde serão abordados estes três fatos que nos levaram a este evento. No capítulo II, após 1964 até 1974, abordando o aspecto cultural que predominou nestes anos, a decretação do AI-5 e posterior censura, o que influenciaram na criatividade da classe artística brasileira e das formas de expressão que urdiram para manter o povo consciente dos fatos que rolavam. E finalmente, no capítulo III, após estes dois tópicos,

iremos compreender melhor os anos Geisel de 1974 a 1979 onde a produção artística brasileira parece ter atingido seu auge.

Com este escopo pretende-se alcançar e entender o caminho que a cultura brasileira tomou naquele tempo tão reprimido, mas não menos criativo, que nos levou a um enriquecimento criativo-cultural importante que com certeza nos dá um sentido único e particular de nos sentirmos brasileiros, identificados perante o mundo com nossa arte, própria e relevante.

CAPÍTULO I:

1. Um Olhar Sobre a Cultura e Política Brasileira No Pré Estabelecimento Do Poder Militar Em 1964

1.1. O Aspecto Político:

Tínhamos durante o início da década de 1960 uma condição peculiar onde o vice-presidente era eleito à parte. O presidente em curso era Jânio Quadros e seu vice eleito em 1960 João Goulart, mais conhecido como Jango. O Brasil ainda buscava uma afirmação como nação independente, vindo de reformas populares da fase getulista.

Remete-se a esta fase (getulista), como um prenúncio e uma base do que desencadearia anos mais tarde dentro do panorama político brasileiro. Poder-se-ia citar dentro da primeira fase do governo Getúlio Vargas, o chamado governo provisório (1930 a 1934) a criação do Conselho Nacional do Café em 1931, o Departamento de Correios e Telégrafos também em 1931, em março de 1932 a criação da Carteira de Trabalho. Em 1933 instituiu o Código Eleitoral estabelecendo o voto secreto, o voto feminino e a justiça eleitoral no país, neste mesmo ano criou o Instituto do Açúcar e do Alcool, além de convocar eleições para uma Assembleia Constituinte para a elaboração de uma nova Carta Magna, fato concluído em 1934 e, também criou nessa fase o Código Florestal.

Dentro do Governo Constitucional (1934 a 1937), temos três ações de relevância: a criação de um decreto que deixava na ilegalidade a ANL (Aliança Nacional Libertadora), movimento de caráter socialista que se opunha ao governo Vargas, a instituição em 1935 a Lei de Segurança Nacional e em janeiro de 1936 a criação da lei que subordinava as polícias militares ao exército brasileiro. A fase getulista continuaria com o advento do chamado “Estado Novo” que foi de 1937 a 1945 onde podemos elencar o fechamento do congresso nacional em 10 de novembro de 1937 com o fim dos partidos políticos, suspendendo a campanha presidencial e a constituição brasileira. Era o início da ditadura, não tão combatida como a que seria a de anos vindouros, em 1964.

Na continuação desta ação ditatorial, Vargas (Getúlio), ordenou uma nova constituição que daria poderes ao executivo da seguinte maneira: extinguir partidos políticos, estabelecer censura a seu critério, indicar interventores nos Estados e fechar o Congresso. Além disto criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) órgão de propaganda do Governo, que exaltava a figura do presidente e responsável pela censura a jornais, rádios, cinemas e outros órgãos da imprensa. Também tínhamos o DASP (departamento de serviço público)

com o objetivo de controlar os órgãos públicos, perseguição política, com prisão e até tortura de opositores. Mas, companhias de relevância também foram criadas dentro de seu governo nesse período como o Conselho nacional do Petróleo, o Conselho de Águas e Energia Elétrica, a Companhia Siderúrgica Nacional, a companhia Vale do Rio Doce, o Conselho de Política Industrial e Comercial e em maio de 1943 consolidou as Leis do Trabalho (CLT).

Sem dúvida era um ditador, mas, em seu segundo mandato, em 1953, criou a Petrobrás, o BNDE (atual BNDES) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, normas para o trabalho do menor aprendiz, o Banco do Nordeste como incremento a economia daquela região, e finalmente em 1953 aprovou a Lei sobre a Liberdade de Imprensa (“Getúlio Vargas: biografia resumida e governo - Sua Pesquisa”, [s.d.]).

Como pode-se ver nas reformas citadas acima, o cidadão brasileiro adquiriu vários direitos durante vigência do governo getulista. Entretanto, é visto que o período possuiu um viés ditatorial. Especificamente este viés ditatorial da era Vargas, deu-se por ocasião do chamado “Estado Novo”, que se traduziu pelo período de 1937 a 1945, onde governou o país com o apoio dos militares e findou quando eles deixaram de apoiá-lo.

“O Estado Novo foi a fase ditatorial da era Vargas. Teve início em novembro de 1937 quando o presidente outorgou uma nova constituição e decretou o fechamento do congresso, e foi finalizado quando Vargas recebeu um ultimato dos militares e foi obrigado a renunciar a presidência em outubro de 1945” (Daniel Neves Silva, 2016).

O viés do ditador manifestou-se desde sua eleição em 1930, quando procurou adiar a formação de uma constituinte o quanto pôde, fato este que viria a acontecer somente em 1934. Fato curioso é que desde a fase getulista, havia, por parte de Getúlio Vargas a preocupação com o “comunismo”, como uma razão por ser tão centralizador em seu governo. Preocupação esta que viria a acontecer novamente em 1964, no levante cívico-militar de então (Daniel Neves Silva, 2016).

Na eleição presidencial de 1960 o eleito foi Jânio Quadros (Partido Democrata Cristão com apoio da UDN) e como mandava a legislação eleitoral da época, a candidatura a vice-presidente poderia acontecer com candidatos de chapas diferentes da presidencial, assim foi reeleito João Goulart (Partido Trabalhista Brasileiro). A gestão de Jânio Quadros foi breve, culminando em sua renúncia, após 7 meses de mandato.

Desde antes de sua posse, grande parte do setor militar, do empresariado e classe política eram contra João Goulart, pois acreditavam ser ele de tendências comunistas (esquerda).

Esta crença estava baseada na chamada guerra fria. Um conflito protagonizado pelas duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética que lastreavam suas crenças políticas no capitalismo e comunismo respectivamente. Um embate de poder que não se caracterizava pelo conflito real e armado, mas, sim, pela espionagem e influências políticas que cada qual exercia no mundo principalmente, entre os países de sua esfera política.

No caso do Brasil, tínhamos uma influência notadamente estadunidense e consequentemente do capitalismo vigente neste país. Por várias razões, entre elas o alinhamento do Brasil com a potência norte-americana durante a Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945), a criação da Escola Superior de Guerra (1949) que tratava de políticas públicas, fortemente ancorada na criação da *National War College* (1946) escola norte americana de segurança nacional que indubitavelmente influenciou a ESG (Escola Superior de Guerra) em suas políticas internas de caráter ideológico.

A Escola Superior de Guerra (ESG), instituição criada em 1949 é um local de altos estudos de pesquisa no campo da segurança e defesa nacional. Tem a finalidade de articular e consolidar conhecimentos voltados ao assessoramento e planejamento do sistema de defesa do país.

A aproximação Brasil-Estados Unidos mais insinuante teria sido no pré evento de 1964 onde os militares brasileiros tomaram o poder. Com sua política anticomunista, os Estados Unidos criaram planos de apoio às ditaduras latino-americanas da época. O Brasil como líder natural da América do Sul pela sua extensão territorial e economia tinha consequente predileção dos estadunidenses por uma ação que coibisse a expansão comunista no continente.

A historiografia do período, em geral apontam os Estados Unidos como um fator preponderante de desestabilização do governo João Goulart e por consequência da perpetuação dos militares brasileiros no comando da nação.

Um fato histórico que ilustra bem esta influência estadunidense na política brasileira e em seus meios de poder foi a chamada “Aliança para o Progresso” lançada em 1961 pelo presidente John F. Kennedy que consistia em levar desenvolvimento econômico para os países da América do Sul e por resultante conter o avanço comunista nestes países. De início o plano implicava em investir 10 bilhões de dólares nos países da América Latina, podendo chegar a 20 bilhões com o auxílio da iniciativa privada. Para se ter uma ideia o Plano Marshall, que foi um plano de ajuda à Europa pós Segunda Guerra Mundial teve uma ajuda de 13 bilhões de dólares

Entretanto, para obter esta ajuda os países teriam que cumprir algumas exigências como: ser um governo democrático (contradição pois o apoio norte americano às ditaduras sul-americanas foi evidente), realizar reformas tributárias progressistas (capitalismo), agrária, política, educacional, entre outras. Não era apenas uma ajuda econômica, mas uma situação que levasse ao fortalecimento democrático e social latino-americano, talvez uma resposta à Revolução Cubana.

A principal percepção da pesquisa foi entre os governos de Jânio Quadros e João Goulart. Os Estados Unidos em relação a Jânio tiveram uma posição mais flexível e compreensiva. Exemplo disto é a condição de fazer o FMI (Fundo Monetário Internacional) ter taxas de juros bem flexíveis ao Brasil, regras mais brandas de empréstimo. Já no governo João Goulart a mudança torna-se radical. Vale lembrar que Jango não era bem-visto pelas elites financeiras da época pela crença de apoiar sindicatos e estar alinhado à esquerda. Isto não condicionava o presidente João Goulart como comunista, mas, na visão norte americana abria portas ao estabelecimento do comunismo no país. Uma atitude de alinhamento do Brasil ao socialismo poderia vir a ser um efeito dominó em toda a América Latina, visto o papel de liderança que o país (Brasil) exercia na região.

Na verdade, os Estados Unidos adotaram uma política de cautela em relação ao governo Goulart pois, sua aposta era Carlos Lacerda para a eleição que se pretendia para 1964, um político claramente mais amigável a política norte americana. Esta situação começa a mudar em 1962 quando o governo Goulart inicia uma aproximação maior com os sindicatos e piora em 1963 ante a ameaça do governo brasileiro pedir ajuda econômica ao bloco socialista caso os Estados Unidos não o fizessem. Neste momento ainda não há um rompimento nas relações entre os dois países, mas, começa a haver um ligeiro apoio estado-unidense ao estabelecimento pró deposição do presidente Goulart. O que se observa é que o movimento interno de grupos políticos, sociais, empresariais e notadamente militares foram preponderantes no rompimento do estado democrático, mas, com a tranquilidade que se eclodisse uma guerra civil, o apoio norte americano, a maior potência mundial, com certeza fizesse presente na deposição de João Goulart.

Neste momento, pertinente seria dizer do contexto da guerra fria na influência ideológica na qual o Brasil enveredava-se. Segundo Crithian Lohbauer (2014), o evento militar que desalojou o presidente João Goulart em 1964 não foi um fato isolado no panorama da política brasileira e mundial. Foi o resultado de uma polarização interna associado a polarização do sistema internacional. O antagonismo soviético/americano começou com a corrida nuclear nos pós 2º Guerra Mundial, aumentou com o bloqueio de Berlim em 1948 por

Josef Stalin e ficou explícito com a guerra da Coreia no fim dos anos 50. Todas as nações formaram uma conjunção em defesa de seus interesses nacionais.

No Brasil não foi diferente, em 1964 já havia definido seu futuro político na corrente que lhe convinha, ao lado dos Estados Unidos. Se as tensões da Guerra Fria se estabilizaram ao longo dos anos, a guerra ideológica aprofundou-se e criou conflitos por todos os continentes. Os Estados Unidos temiam por uma vanguarda de esquerda na América latina pois desde o evento de Cuba com Fidel Castro (revolução cubana) em 1959, receava-se uma disseminação da esquerda em todo o continente americano.

“No Brasil antes do golpe de 1964, havia entidades que eram financiadas pelos estados unidos afins de fomentar uma ideologia anti comunista e derrubar o governo reformista de João Goulart. Dentre destas entidades estiveram o Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais (IPES), composto por empresários e militares da Escola Superior de guerra (ESG). O IPES dedicava-se a produção intelectual de temas brasileiros, com teor conservador e de direita, e recebia habitualmente doações de corporações estrangeiras, principalmente, estadunidenses. O IPES esteve à frente de uma das principais manifestações contrárias ao governo de Goulart e de ideologias de esquerda, a Marcha com Deus Pela Liberdade (19/03/64)” (Rodrigues, 2016).

O fato é que a situação militar nos últimos dias de Goulart (João) era patética. O ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro estava hospitalizado, o chefe da Casa Militar, Assis Brasil, era omisso devido a sérios problemas domésticos, o comandante do I Exército, Morais Âncora, considerado idoso, “não se aguentava em pé”. O Exército estava sem comando (Carvalho, 2019).

Na verdade, não houve resistência aos rebelados devido a esta situação peculiar e ao fato que o presidente João Goulart optou por não ter derramamento de sangue. Esta hesitação do presidente já havia um precedente. Os generais fizeram-lhe uma proposta, que desse uma declaração contra o Comando Geral dos Trabalhadores e a indisciplina dos marinheiros que eles garantiriam seu mandato, mas, Goulart (João) entendia que devia sua posse aos sargentos e não podia abandoná-los.

"A rebelião dos Sargentos, considerado como um dos eventos que abalaram a credibilidade do presidente João Goulart, o outro seria a decretação do estado de sítio no país, constou de um levante de cerca de 600 militares em 1963 por conta da determinação do STF da inconstitucionalidade dos mesmos disputarem as eleições de 1962. Este movimento que tomou a capital federal, espalhou-se para outras cidades, foi debelado, mas, mostrou o quão fácil seria tomar a capital federal, e mostrou a fraqueza do presidente que não se pronunciou sobre o acontecimento” (Ferreira, 2014, p. 236.)

O fato é que uma série de fatores levariam ao resultado perpetrado em 31 de março de 1964. A participação de Jango no comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, onde anunciou medidas que desagradaram seus opositores, como a nacionalização das refinarias de

petróleo e a desapropriação de terras. Após alguns dias o presidente João Goulart ainda discursaria para uma multidão de sargentos e marinheiros rebelados, que reivindicavam a quebra da hierarquia militar.

Esses eventos, aliados a já notória desconfiança dos Estados Unidos e da direita brasileira quanto a sua ideologia e atos, foram considerados provas de que Jango pretendia instaurar uma ditadura comunista no Brasil.

Qual era a verdadeira posição do presidente João Goulart? Queria ele um golpe continuísta que o mantivesse no poder? Ou apenas fazer as reformas que sentia serem necessárias dentro da legalidade? Mas enfim, sem apoio militar era questão de tempo sua queda. Que intenção tinha, ficar no poder ou abdicar dele, é a dúvida que até nos dias de hoje paira no ar.

Parece que o evento político-militar de 1964 não foi uma necessidade da história do Brasil. O fato ocorreu muito por faltas e erros políticos dos mais diversos, de agentes de todas as tendências ideológicas, cujo grau de compreensão diluía-se à medida que a radicalização das partes envolvidas aumentava. Soluções outras teriam sido possíveis.

1.1.1. O Aspecto Cultural:

Segundo Ridenti (1991), a tomada do poder pelos militares em 1964 não foi suficiente para bloquear a ascensão do movimento cultural que já florescia desde o final dos anos 50. O Teatro de Arena, o Teatro Oficina, o Cinema Novo, a Bossa Nova e os Centros Populares de Cultura (CPCs), juntamente com uma UNE (União Nacional dos Estudantes) ativa e atuante que através destes centros promoviam a chamada “conscientização do povo”, o método de alfabetização crítico de Paulo Freire que encontrava em Pernambuco seu reduto mais proeminente, a poesia concreta, desenvolveram-se plenamente até 1964.

De acordo com Marcos Napolitano (2014), após a II Guerra Mundial, a chamada “esquerda ocidental” tomou o aspecto cultural como um centro de suas elocubrações sobre a civilização capitalista avançada direcionando para um criticismo da interrelação entre cultura e revolução ao longo da segunda metade do séc. XX. Escola de Frankfurt é um dos exemplos disso, escola de análise filosófica e pensamento sociológico que surgiu nos primórdios do séc. XX em Frankfurt, cidade da Alemanha, tinha como objetivo estabelecer um novo parâmetro de análise social com base em uma releitura do Marxismo.

Intui-se com isso que a Cultura poderia ter uma influência primordial na parte política de qualquer governo, com revisão de valores e modo de pensar.

O evento da fundação do Centro Popular de Cultura da UNE em 1962 mudaria o quadro de produção cultural no país e consolidaria a esquerda no Brasil na área cultural. Leon Hirszman, Oduvaldo Vianna Filho e Carlos Lyra, cinema, teatro e música, deram a significância da entidade, como o Teatro de Arena de São Paulo foi outro baluarte importante da esquerda na cultura de São Paulo e do país na época. Os controversos como estética versus engajamento político, como exemplo, reorientam os olhares da historiografia sobre a cultura (neste caso o Teatro) neste momento no Brasil.

Nos anos 1960, a tríade, música, teatro e cinema serão manifestações culturais particulares da esquerda brasileira. Não somente precursores de ideias políticas, serão espaços de criatividade e de novas estéticas culturais no combate ao conservadorismo da cultura de direita que até então vicejava no país. Uma revolução cultural iniciava-se em seus primórdios.

Talvez o surgimento de 1964, basicamente perpetrado por militares, visto como anticultural desde seu início, motivasse os artistas, notadamente os de esquerda como Nelson Pereira, Leon Hirszman (cinema), Sérgio Ricardo, Carlos Lyra (música) constituindo um frentismo cultural expoente.

Enfim a cultura nos anos anteriores a 1964 foi marcada por uma grande efervescência artística e intelectual, influenciada pelo contexto político e social do país. O Brasil passou por um período de desenvolvimento econômico, industrialização e urbanização, que trouxe mudança nos costumes, na moda e no consumo. Notadamente o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) defendia uma condição de modernidade e progresso, simbolizado pela construção de Brasília, uma cidade planejada e com arquitetura moderna.

A cultura brasileira nesse período buscou afirmar a identidade nacional, valorizando as expressões populares e regionais, mas também dialogando com as tendências internacionais. Podemos citar como movimentos expoentes desta época como:

- a) A Bossa Nova; um estilo musical que surgiu no final da década de 1950, combinando elementos do samba e do jazz. Alguns dos principais nomes foram João Gilberto, Vinícius de Moraes, Tom Jobim e Nara Leão, com grande repercussão no exterior marcadamente nos Estados Unidos.
- b) O Cinema Novo: um movimento cinematográfico que surgiu na década de 1960, inspirado pelo neorrealismo italiano e pela nouvelle vague francesa. O Cinema Novo buscava retratar a realidade social e política do Brasil, denunciando as desigualdades, a violência e a opressão. Alguns dos principais

realizadores do cinema Novo foram Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos, Ruy Guerra e Carlos Diegues.

- c) A Poesia Concreta: um movimento poético que surgiu na década de 1950, influenciado pelo concretismo internacional. A poesia concreta propunha uma nova forma de expressão poética, baseada na visualidade, na sonoridade e na estrutura das palavras, rompendo com a sintaxe e a gramática tradicionais. Alguns de seus principais nomes foram Haroldo de Campos, Augusto de Campos, Décio Pignatari e Ferreira Gullar.

Esses foram alguns dos exemplos da rica e diversa produção brasileira entre 1940 e 1964, que refletia as transformações e conflitos vividos pelo país nesse período.

Afora esses fatos, podemos considerar a inauguração de Brasília em 21 de abril de 1960 como um marco relevante tanto dentro da política como no setor cultural no Brasil. Efeméride esta que influenciaria em todos os setores da vida brasileira como economia, migração de pessoas em direção a nova capital em busca de um futuro melhor dentro das novas oportunidades que se ofereciam no contexto de uma nova cidade e, toda a classe política açodada com a chance aparente de um novo desempenho na nova casa. O processo de industrialização aprofundou-se ainda mais, interligando diversas regiões do país.

Com certeza a resistência da Cultura frente ao evento ditatorial de 1964, resultou em um amadurecimento artístico da classe. Necessário dizer que o governo que antecedeu Jânio Quadros/João Goulart, o de Juscelino Kubitschek foi de grande incentivo a estimulação a cultura no Brasil pois, JK idealizava uma lógica de progresso desejando que o Brasil se tornasse desenvolvido e industrializado. Durante seu governo (JK), diversas fábricas foram construídas com crescimento significativo das cidades, com grande migração do meio rural para as cidades em busca de empregos e melhores condições de vida.

Essas mudanças afetaram o setor cultural, com diversos artistas criando obras que retratavam este período da realidade nacional. Essas mudanças questionaram valores estabelecidos, propondo uma nova visão sobre o setor da cultura de forma geral. É inegável a interligação entre política/cultura dentro deste período de nossa história, a observar a trajetória de Jorge Amado na literatura e Nelson Pereira dos Santos no cinema.

Jorge Amado, por exemplo, escritor baiano, um dos expoentes da literatura brasileira era militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e usou seus romances para expressar suas ideias e sentimentos sobre a realidade social do país. Retratou em suas obras as condições de vida dos trabalhadores rurais e urbanos, dos marginalizados e oprimidos, denunciando as injustiças, as desigualdades e a corrupção. Valorizou a cultura regional e

popular, mostrando uma “cara” nua do Brasil de então. Ele posicionou-se contra o autoritarismo e a ditadura, defendendo democracia e liberdade. Pagou um preço por este vanguardismo, sendo preso e exilado, e ter também seus livros censurados.

Outro exemplo da dicotomia política/cultura seria Nelson Pereira Dos Santos, cineasta, um dos precursores do Cinema Novo, que também procurava retratar a realidade política e social do Brasil sobre as desigualdades, violência e opressão. Destacou-se por mostrar no cinema obras da literatura brasileira como *Tenda Dos Milagres* de Jorge Amado e *Vidas Secas* de Graciliano Ramos, sempre valorizando nossa cultura popular e regional. Militante que era também do PCB, engajou-se em projetos de transformação social e nacional, como fundador do primeiro curso de cinema do Brasil na Universidade de Brasília.

São dois exemplos de movimento da cultura que se manifestava já naquela época, antes do evento político/militar de 1964.

Dentro desse contexto, podemos citar o conceito de brasilidade revolucionária dentro da ‘estrutura de sentimento’ do intelectual marxista inglês Raymond Williams. Williams utilizou a teoria de estrutura de sentimento para estudar diferentes períodos históricos, movimentos culturais como o romantismo, o realismo, o modernismo e pós-modernismo. Relação entre cultura e tecnologia, em especial meios de comunicação de massa, que influenciam e são influenciados pela estrutura de sentimento de uma época. Williams defendia uma abordagem crítica e dialética da cultura, que reconhecesse a sua complexidade, diversidade e dinamismo, bem como o potencial emancipatório e revolucionário (Williams, 1977).

Trazendo esse conceito a nossa realidade dentro do período que transitávamos antes de 1964 podemos dizer que:

“que este período se consolida na década de 1960 marcado por ações e desejos de revolução combinadas por uma produção cultural a esquerda, igualmente notável, embora dentro de um contexto repressivo também registrado pela consolidação da indústria cultural no Brasil e por um processo de modernização conservadora. Nesse viés, recorrer ao conceito de estrutura do sentimento para pensar os projetos e ações político/culturais da esquerda brasileira traz um saldo positivo para a obra, bem como a compreensão dos vários impasses e contradições característicos dessa época”. (Vieira dos Santos, 2010)

A Contracultura foi outro movimento que agitou esse período pré 1964. O surgimento do feminismo e dos movimentos civis em favor dos negros e homossexuais, darão o clima para os anos vindouros. Ativistas como o do início do movimento *hippie*, *black power* e o estatuto sobre a igualdade de gênero já iniciariam seus primeiros passos.

Os anos que antecederam o evento político-militar de março de 1964, foram buliçosos, efervescentes, mutantes dentro de uma sociedade que começava a se modernizar e, não poderia deixar de ser revolucionários, em todo aspecto de nossa realidade de então. A verdade é que o Brasil ansiava por modernidade e mudanças, e elas vieram, de uma forma dura, mas, que no futuro estimularia toda nossa criatividade e sentido de pertencimento ao fato de sermos brasileiros, identificando-nos em todo o parecer civil dentro de uma sociedade heterogênea e multirracial como a nossa.

CAPÍTULO II:

2. Os duros anos do regime militar:

O aspecto político no Brasil foi permeado pela ditadura militar, notadamente entre 1964 e 1974, pois, a partir de 1974 sob a presidência de Ernesto Geisel, iniciou-se uma distensão no regime que, visava uma transição gradual e controlada para a democracia. Entretanto este mesmo processo sofreu oposições tanto de radicais do regime militar quanto

de liberais que ansiavam por uma transição mais rápida. Um período (1964 a 1973) que marca o empoderamento dos militares, a repressão implacável a oposição, a organização da luta armada contra a situação de então e pelo chamado ‘milagre econômico’.

Vários movimentos de contestação ao regime foram empreendidos nesse interregno, não só armado, mas também político, cultural e artístico. Humberto De Alencar Castelo Branco foi o primeiro presidente militar após o golpe contra João Goulart, seu período na presidência entre 1964 e 1967, foi marcado por medidas que reforçaram o poder do Estado como a proclamação de atos institucionais, a cassação de direitos políticos, censura à imprensa e a repressão aos manifestos sociais. Adotou-se também uma política econômica austera, que reduziu os salários e direitos dos trabalhadores. Uma verdadeira linha dura.

Cabe relatar a sequência dos fatos que levaram o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco a presidência do Brasil. Logo após o golpe militar, Ranieri Mazzili presidente da câmara dos deputados assumiu a presidência, aguardando a eleição indireta que ocorreria em 11 de abril de 1964 e que elegeria Castelo Branco, presidente contra os outros candidatos como Juarez Távora e Eurico Gaspar Dutra. Eleito com a maioria dos votos, assumiria a presidência a 15 de abril de 1964.

Antes mesmo de assumir a presidência, o viés de ditadura militar começou a tomar forma com a instituição do Ato institucional 1(AI-1) que proclamava legitimar e justificar o golpe deflagrado e aparava as bases para o regime de exceção que se iniciava a partir do fortalecimento do poder executivo.

Como consequência deste ato começaram os expurgos, as proibições e as cassações daqueles que não compactuavam com o regime recém-instalado. Houve perseguições a sindicatos e movimentos sociais em geral. Aconteceu a instalação dos famosos Inquéritos Policiais Militares (IPM), instrumento usado para combater a “subversão”, razão alegada para combater aqueles que não se alinhavam ao regime. O AI-1 nem tinha essa numeração na época, pois era para ter sido único, mas, os militares acharam que tinham que endurecer mais e aí veio o AI-2 (27 de outubro de 1965).

Havia uma ala do governo Castelo que achava que as medidas que haviam sido tomadas seriam ainda muito frouxas, devido a isso sobreveio o AI-2, que dava maiores poderes ao presidente e instituía de vez as eleições indiretas. As ações do AI-2 só foram anuladas em 1967, quando uma nova constituição e a Lei de Segurança Nacional substituíram suas ordens.

Há de se destacar também, que logo formou-se uma oposição ao governo recém instituído. Foi a chamada ‘Frente Ampla’ liderada por Carlos Lacerda onde defendia a volta

das eleições diretas e a continuidade do modelo econômico de desenvolvimento do país. A ‘Frente Ampla’ foi colocada na ilegalidade no começo de 1968.

O Ato Institucional nº 3 viria na sequência, logo no início de 1966. Criava dois partidos, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o movimento Democrático Brasileiro (MDB) como oposição permitida. Decretou-se também com esse ato que as eleições para governador e prefeito seriam igualmente indiretas. Outros fatos pontuais dentro do governo Castelo Branco seria a criação da Lei de Segurança Nacional e do Serviço Nacional de Informação (SNI) e a proclamação do AI-4, que previa a criação de uma nova constituição para o Brasil, editada em março de 1967.

Na parte da economia o governo Castelo caracterizou-se pela política de austeridade fiscal com a criação do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), onde procurava reduzir o endividamento com a política de controle de gastos, A criação da Lei de Greve, onde tornava muito difíceis greves no país e a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ornaram também seu governo (Castelo). Considera-se que a política de austeridade iniciada com Castelo Branco, deu início ao chamado ‘Milagre Econômico Brasileiro’.

A parte cultural no governo Castelo foi marcado pela censura e pela resistência. Se por um lado houve a censura, do outro através dos artistas de então, usaram da proibição para criarem arte como forma de protesto e de denúncia das arbitrariedades e violência cometidas.

Exemplos de obras censuradas no governo Castelo: a proibição do filme “Terra em Transe” do cineasta Glauber Rocha que fazia crítica a situação política do país; A suspensão da peça ‘O Rei da Vela” de Oswald de Andrade, que satirizava a burguesia brasileira; a apreensão do livro “Quarup’ de Antônio Callado, que retratava a luta dos índios contra a ditadura; a censura à música “Cálice” de Chico Buarque e Gilberto Gil, que fazia um jogo de palavras com o verbo calar e a palavra cálice da eucaristia, que simbolizava o silêncio imposto pelo regime.

Mas a resistência ao regime traduziu-se pela criação do Centro Popular de Cultura (CPC), aliado à União Nacional Dos Estudantes (UNE), que produzia peças, filmes, músicas e publicações de cunho popular e identificado, a realização do festival de música popular brasileira que cantavam temas sociais e políticos; a publicação do livro “Os Sertões” de Euclides da Cunha, em quadrinhos por Carlos Zéfiro, que usava pseudônimo , para driblar a censura , com o intuito de divulgar a obra clássica da literatura brasileira; a fundação do Teatro Arena , que encenava peças de dramaturgos como Gian Francesco Guarnieri, Augusto Boal, Oduvaldo Viana Filho, que versavam sobre questões sociais e históricas do Brasil.

Portanto este período foi caracterizado pelo autoritarismo e a vontade de democracia, repressão e expressão, alienação e conscientização, extremos que a situação de época exigiu.

Na continuação da ditadura militar sobreveio Arthur Da Costa e Silva, general que tomou posse. Ele foi eleito de forma indireta, como preconizava as leis de então pelo Congresso Nacional com, é claro, o apoio das forças armadas que continuavam a ditar as normas políticas do país. Seu governo foi de 1967 a 1969, e em 1967 foi promulgada no país uma nova constituição que ampliava os poderes presidenciais, limitava as garantias individuais e criava o bipartidarismo, ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

Mas o golpe maior contra a liberdade de expressão foi sem dúvida a edição do AI-5 (ato institucional) em 1968, onde suspendia o habeas corpus, fechando o Congresso Nacional, cassando mandatos, censurando imprensa.

Há de se ressaltar que nessa época a intensificação da luta armada, com atuações de organizações guerrilheiras como a ALN (Ação Libertadora Nacional), o MR8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) e a VAR-Palmares (Vanguarda Revolucionária Palmares) realizavam ações de sabotagem, sequestro e assalto, terrorismo na melhor acepção da palavra. Talvez o endurecimento do regime tenha se efetivado, exatamente pela resistência da esquerda brasileira, com atos de terrorismo explícitos. Na verdade, enfrentávamos uma guerra interna.

A censura prosseguia agora contra a cultura. Proibição de manifestações artísticas e intelectuais, consideradas subversivas ou contrárias aos valores morais e patrióticos do Brasil, como filmes, livros, músicas, jornais e revistas. Mas disso tudo emergiu uma resistência de artistas e intelectuais como forma de protesto e denúncia das chamadas arbitrariedades cometidas. Cinema Novo, Teatro de Arena, a Tropicália, a Bossa Nova, o Concretismo e a Poesia Marginal eclodiram com força no país, de certa forma estimulando a criatividade do artista brasileiro e, por que não, em um maior sentido de pertencimento ao brasileiro da época. Como exemplo efetivo deste pertencimento foi a mobilização dos estudantes e dos trabalhadores que organizaram passeatas, greves, comícios e reuniões para reivindicar melhores condições de vida e de educação, além da demonstração de ansiedade pela democracia e liberdade, que de uma maneira brusca tinham sido sacadas do domínio popular. Como exemplo destas manifestações por maior liberdade temos a Passeata dos Cem Mil em 1968 e a Greve de Osasco em 1969.

A passeata dos Cem Mil foi uma manifestação popular contra o regime de exceção decretado pelos militares brasileiros em 26 de junho de 1968 no Rio de Janeiro. Foi uma

movimentação estudantil, em protesto pela morte do estudante Edson Luís de Lima Souto morto pela polícia em março daquele ano. A marcha contou com uma representatividade grande da sociedade como artistas e intelectuais, que exigiam o fim da repressão e a restauração da democracia. A passeata foi considerada um marco da resistência ao regime militar.

A Greve de Osasco foi uma paralisação dos trabalhadores metalúrgicos ocorrida em julho de 1968 na cidade de Osasco, na Grande São Paulo. Foi uma das primeiras grandes greves de oposição à ditadura militar que reprimia os movimentos sociais e sindicais. A greve foi organizada pelos estudantes, operários e estudantes-operários de orientação marxista-leninista. Reivindicavam melhores salários e condições de trabalho, além, claro, de liberdade e democracia. A greve contou também com o apoio de outros setores sociais. A manifestação foi duramente reprimida pelas forças de segurança, que invadiram as fábricas, prenderam, torturaram, vários grevistas. A Greve de Osasco foi um marco da luta dos trabalhadores e serviu de inspiração para outras paralisações operárias no Brasil.

Inegável dizer que perseguições e arbitrariedades foram realizadas pelos órgãos de segurança do regime como o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Internas) a OBAN (Operação Bandeirante), e o SNI (Serviço Nacional de Informações). Mas por outro lado vivíamos em um estado de exceção e, quando isso acontece exageros, perseguições, arbitrariedades acontecem, são infelizmente realidades.

Inclusive existem autores que enxergaram esta fase do autoritarismo militar como uma etapa necessária para a modernização do país. Hélio Jaguaribe em seu livro ‘O Nacionalismo na Atualidade Brasileira’, defende essa tese e que o governo Costa e Silva representava uma aliança entre as Forças Armadas e o povo brasileiro. Carlos Castelo Branco, jornalista e escritor, em seu livro ‘A Ditadura Militar e os Golpes Dentro Do Golpe: 1964 a 1969’, ele narra os bastidores do regime e apresenta um olhar favorável ao governo Costa e Silva, pontuando seus esforços para promover o desenvolvimento econômico e a abertura política. E apesar de suspeito, mas não menos, relevante também, Golbery do Couto e Silva, general e estrategista que foi figura expoente do golpe militar em 1964 e do AI-5, em seu livro “Geopolítica Do Brasil”, ele expõe sua visão que o Brasil deveria se afirmar como potência regional e global, e que o governo Costa e Silva era o mais indicado para conduzir a este projeto nacional.

A relevância destes autores ancora-se ao fato que a época do golpe militar de 1964, acontecia a chamada “guerra fria” entre dois blocos políticos antagônicos, Estados Unidos e União Soviética, capitalismo e comunismo, e o Brasil como integrante das Américas aliava-se

quase que de uma forma natural com os Estados Unidos. Com o advento da revolução Cubana, temia-se que o comunismo pudesse espalhar-se pelas Américas e, este motivo e o fato de o Brasil estar naquele momento numa condição de pré desordem social, culminaram com os fatos decorrentes de então.

Também existem ações dentro de seu governo que indicam sua intenção e quiçá das forças armadas de uma flexibilização do regime e conseqüente volta à normalidade política. Acenava com a possibilidade de retorno à normalidade institucional com suas falas e discursos e entrevistas, permitiu a existência de uma oposição legal através do surgimento do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que conquistou vitórias eleitorais em 1968 e 1969, mantinha diálogo franco com políticos da oposição, resistiu as intenções mais duras do regime que queria o estado de sítio, a extinção do MDB e a intervenção nos estados e, planejava uma emenda constitucional que permitiria eleições diretas para governador de estado e até a presidente da república. (UOL Educação, Brasil Escola, Toda Matéria e História Wikipédia).

Depreende-se que talvez pela intensificação da ação da guerrilha, VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), ALN (Ação Libertadora Nacional) e, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e a Guerrilha do Araguaia e com oposição de setores das Forças Armadas e seu conseqüente afastamento devido a um AVC (acidente vascular cerebral) ocorrido em 31 de agosto de 1969, Costa e Silva não pôde dar seguimento de suas intenções de volta à normalidade institucional no Brasil.

No governo Costa e Silva os padrões culturais seguiram a mesma via que o governo anterior de Castelo Branco, com resistência através de ações estudantis, publicações culturais que com criatividade procuravam driblar a censura governamental. Artistas que dentro de sua área de atuação, de alguma forma davam o grito de liberdade de expressão, tão ansiado pela sociedade, enfim, toda restrição ao livre pensar e agir, embora talvez necessário na época, criou-se um clima de sufocamento contrário a democracia e liberdade do próprio ser humano.

Mas temos dentro deste período, fatos que levaram ao processo de modernização do país. A recessão que então afligia o Brasil cedeu e tivemos o início do chamado "milagre brasileiro" baseado numa política fiscal e de isenções que privilegiou o capital nacional e a entrada de recursos estrangeiros. Desta maneira o fim do arrocho monetário, o crédito fácil e o novo patamar de crescimento deram início ao consumo de bens duráveis e manufaturados, como aparelhos de TV.

Caberia aqui citar como a Cultura ganhou ares de grande importância no cenário ditadura militar que vivíamos na ocasião. Para Dória (2001), a efetivação da cultura em

instituições aconteceu no processo de independência e formação do Estado brasileiro. O pontapé inicial pode ter sido a criação da biblioteca Nacional por D. João VI a qual após a independência e a criação da imprensa livre, continuou sendo a instituição por excelência da Cultura.

De 1930 a 1953 as ações do Estado na área cultural estiveram a cargo do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP). Em 1953 este foi desmembrado dando lugar ao Ministério da Saúde e ministério da Educação e Cultura (MEC) (Silva 2001). Foi apenas com o lançamento da Política Nacional de Cultura (PNC) em 1975, que a área cultural passou a um lugar de destaque nas políticas governamentais. De acordo com Faria (apud Silva, 2001), até agora quem teria entendido a Cultura como uma questão estratégica foram os governos militares, os governos autoritários que quiseram criar uma cultura oficial no país” (SIMÕES; DARBILLY, 2007).

E a partir da ideia de que a cultura poderia ser uma forma de divulgação da política do governo e da “segurança nacional”, o governo militar implementou uma ação modernizadora nas telecomunicações. Em 1967 foi criado o Ministério das Comunicações e as, primeiras emissoras do rádio em FM (frequência modulada) vieram em 1968, junto com o aparecimento da AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas) que propagava os ideais do governo de exceção. Em 1969 o país passa a fazer parte do sistema Internacional de satélites e é criada a Embrafilme –empresa estatal que financiava a produção cinematográfica brasileira.

Instituições como o Conselho Federal de Cultura e Instituto Nacional de Cinema foram criados para o incentivo e controle da produção cultural no Brasil. O irônico desta situação é que a situação política era de direita, mas, a produção cultural, notadamente de esquerda. Com o incremento da televisão no cotidiano brasileiro, a propaganda ideológica do governo intensificou-se mais com campanhas publicitárias frequentes.

Com isso o governo instaurou sua censura e repressão ao que não interessava ao regime, mas, por outro lado desenvolveu o capitalismo “tupiniquim” com monopólios, incentivos aos bens de produção e investimentos consideráveis em tecnologia.

O Cinema brasileiro teve um incentivo grande com o advento da Embrafilme, de um país que era pobre em produções cinematográficas, pulamos para um patamar de 100 produções de cinema anuais. A censura não repreendia toda e qualquer produção, mas aquelas que iam contra a lógica ditatorial do momento, e sempre permitia aquelas que versassem sobre o desenvolvimento, progresso e ordem institucional. Através de investimentos e censura o Estado ditatorial soube angariar para si o controle da comunicação no país.

Sucedendo o general Artur da Costa e Silva que seria vítima de um AVC em 31 de agosto de 1969, tornando-o incapacitado para governar, uma junta militar assumiu interinamente a presidência do país e, que após alguns meses enfermo o general Artur da Costa e Silva veio a falecer em 17 de dezembro de 1969, vítima de ataque cardíaco.

Em 25 de Outubro de 1969 tomou posse na presidência do Brasil o general Emílio Garrastazu Médici, seu governo seria marcado pelo chamado “Milagre Econômico” brasileiro, crescimento significativo do PIB (produto interno bruto), mas, também pelo aumento da dívida externa e certa concentração de renda no panorama brasileiro. O Brasil viveria o auge da ditadura militar durante seu governo.

Emílio Garrastazu Médici foi eleito presidente do Brasil, por uma ação conjunta do Congresso Nacional, obtendo 293 votos com 75 abstenções, assumindo o poder em 30 de outubro do mesmo ano. Durante seu governo o Brasil passou pelo chamado ‘milagre econômico’, caracterizado por forte crescimento do PIB e da renda per capita, mas, claro, pagando um preço por isso que, foi o endividamento externo e concentração de renda na sociedade.

Também com a característica de reforço à repressão e censura às instituições civis, seu governo iria consolidar o Ato Institucional nº5 (AI-5) que concedia amplos poderes ao regime militar. Com censura a imprensa intensificada, a oposição sofreria forte perseguição política com relatos de tortura e as várias violações aos Direitos Humanos

Por outro lado, podia-se notar que o presidente Médici procurava consolidar o poder do regime e manter a estabilidade política, já abalada pela forma que o governo de então chegara ao poder. As ações terroristas aumentavam, com um evento marcante na época que foi o sequestro do diplomata americano Charles Elbrick, onde o governo foi pressionado a libertar presos políticos para sua libertação.

Tínhamos na ocasião uma guerrilha instalada no país, com líderes como Carlos Lamarca e Carlos Marighela, posteriormente perseguidos e mortos pelo regime, daí podemos entender a forte repressão exercida no Brasil nestes anos, onde depreende-se um embate entre governo e a oposição do subterrâneo brasileiro.

O exemplo da revolução cubana ficava patente na própria existência e pelas ações empreendidas e protagonismo das organizações guerrilheiras no país. O endurecimento do regime acentuava-se na imprensa também, impossibilitando a sua livre divulgação.

Á parte de coibir a livre divulgação de notícias o governo militar investia massivamente na veiculação de um positivismo governamental sobre o status político e desenvolvimento do país. Cartazes e adesivos pregavam, ‘Brasil, ame-o ou deixe-o’.

Obras realizadas pelo governo pontuavam o “milagre econômico” como a rodovia Transamazônica, a ponte Rio-Niterói e a Usina de Itaipu, logicamente o endividamento externo do país aumentava.

Dentro de seu governo (Médici), começou também a exploração da Amazonia, que além da construção da rodovia (ou tentativa de) foi criado o INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) e Projeto Rondon, que consistia em enviar equipes de universitários para auxiliar na assistência às populações locais. O projeto estava associado ao Programa de Integração Nacional (PIN), cujo lema era “integrar para não entregar”, ufanismo característico do governo de então, mas que tinha como objetivo a integração das regiões Norte e Nordeste, por meio de construção de estradas e transferência de grupos populacionais assolados pela seca do nordeste para a região amazônica.

Além disso também foram inauguradas a Hidrelétrica de Ilha Solteira, a Refinaria de Paulínia que a ideia era passar um positivismo patriótico de progresso do Brasil.

Nesse período o governo Garrastazu Médici incentivava um ufanismo no país por conta de um incentivo a brasilidade do povo, muito por conta dos dias difíceis, com toda censura implementada pelo governo de força que exercia então.

O futebol, uma paixão nacional e que na ocasião buscava seu tri campeonato mundial no México, a famosa seleção canarinho de 1970, ganhou uma música-hino que empolgaria toda nação em torno desta conquista, e que, obviamente ajudava no bom desenrolar do regime ditatorial que vivíamos

Noventa milhões em ação
 Pra frente, Brasil
 Do meu coração
 Todos juntos vamos
 Pra frente, Brasil
 Salve a Seleção!
 De repente é aquela corrente pra frente
 Parece que todo o Brasil deu a mão
 Todos ligados na mesma emoção
 Tudo é um só coração!
 Todos juntos vamos
 Pra frente Brasil, Brasil
 Salve a Seleção!
 Todos juntos vamos
 Pra frente Brasil, Brasil
 Salve a Seleção!

Todos juntos vamos
 Pra frente Brasil, Brasil
 Salve a Seleção!
 Todos juntos vamos
 Pra frente Brasil, Brasil
 Salve a Seleção” (Gustavo, 1970).

Essa letra, escrita por Miguel Gustavo, um hino de incentivo a seleção brasileira de futebol que tentaria o tri campeonato de futebol da FIFA no México em 1970, motivou toda a nação, não somente em torno do futebol, mas, quase como uma paixão em ser brasileiro. E

todo este ufanismo colaborava para um mascaramento e uma aceitação de um regime de força do qual partilhávamos.

Foi um período em que diversos movimentos sociais ganharam força, como os movimentos negros, indígenas e feministas e marcou o início da preocupação ambiental.

Aconteceu a primeira transmissão televisiva a cores (1972), onde as novelas da Rede Globo de Televisão pontuaram como Gabriela, Saramandaia, Dancin Days, Irmãos Coragem e o Bem Amado.

Outro fato interessante dentro da cultura da época, foi o advento das pornochanchadas, gravadas na Boca do Lixo em São Paulo, muitas delas censuradas total ou parcialmente, pois estávamos em um regime de censura, que não permitia qualquer manifestação cultural com sentido político ou que ia de encontro aos bons costumes de então.

O aparecimento de cantores que consolidaram sua fama neste período foram vários como Tim Maia, Caetano Veloso, Chico Buarque de Holanda, Guilherme Arantes, Raul Seixas, Clara Nunes e tantos outros que enriqueceram nossa cultura musical, com letras muitas vezes criativas que condenavam de forma velada nossa política corrente, música como “Cálice” de Chico Buarque em parceria com Gilberto Gil ilustra bem a revolta contra opressão da censura de época:

“Pai, afaste de mim esse cálice
 Pai, afasta de mim esse cálice,
 Pai, afasta de mim esse cálice,
 De vinho tinto de sangue
 Como beber dessa bebida amarga?
 Tragar a dor, engolir a labuta
 Mesma calada a boca, resta o peito
 Silêncio na cidade não se escuta
 De que me vale ser filho da santa?
 Melhor seria ser filho da outra
 Outra realidade menos morte
 Tanta mentira, tanta força bruta
 Como é difícil acordar calado
 Se na calada da noite eu me dano
 Quero lançar um grito desumano
 Que é uma maneira de ser escutado
 Esse silêncio todo me atordoia
 Atordoado eu permaneço atento
 Na arquibancada pra a qualquer momento
 Ver emergir o monstro da lagoa
 De muita gorda a porca já não anda
 De muito usada a faca já não corta
 Como é difícil, pai, abrir a porta
 Essa palavra presa na garganta
 Esse pileque homérico no mundo
 De que adianta ter boa vontade?
 Mesmo calado o peito, resta a cuca
 Dos bêbados do centro da cidade
 Talvez o mundo não seja pequeno

Nem seja a vida um fato consumado
 Quero inventar o meu próprio pecado
 Quero morrer no meu próprio veneno
 Quero perder de vez tua cabeça
 Minha cabeça perder teu juízo
 Quero cheirar fumaça de óleo diesel
 Me embriagar até que alguém me esqueça” (BUARQUE; NASCIMENTO, 1978).

Uma obra que transcende o tempo, e continua a ecoar como um hino de liberdade e resistência

O ponto alto musical contra o regime ditatorial, foi a música de Geraldo Vandré, lançada no festival de música em 1968, ‘Para não dizer que não falei das flores’, mais conhecida como “Caminhando”, autêntico hino a favor da liberdade que dizia:

“Caminhando e cantando e seguindo a canção
 Somos todos iguais, braços dados ou não
 Nas escolas, nas ruas, campos, construções
 Caminhando e cantando e seguindo a canção
 Vem, vamos embora, que esperar não é saber
 Quem sabe faz a hora, não espera acontecer
 Pelos campos há fome em grandes plantações
 Pelas ruas marchando indecisos cordões
 Ainda fazem da flor seu mais forte refrão
 E acreditam nas flores vencendo o canhão
 Há soldados armados, amados ou não
 Quase todos perdidos de armas na mão
 Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição
 De morrer pela pátria e viver sem razão
 Os amores na mente, as flores no chão
 A certeza na frente, a história na mão
 Caminhando e cantando e seguindo a canção
 Aprendendo e ensinando uma nova lição” (Vandré, 1968)

Canções que foram compostas, enriquecendo sobremaneira nossa cultura musical, com um sentido intrínseco de liberdade, devido aos acontecimentos da ditadura militar que permearam o Brasil na década de 70.

Fomos forçados a criatividade para escaparmos da censura imposta, desvendando talentos que permaneceriam eternos na nossa música.

Já iniciávamos um arcabouço do que viria em termos culturais e reivindicações de liberdade política e ideológica dentro do próximo governo militar, que sucederia a Garrastazu Médici, o governo do General Ernesto Geisel.

Porém dois fatos vieram enfraquecer o apoio que o regime militar ainda tinha da população, o fim do milagre econômico e as mortes do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do Doi-Codi em São Paulo., e a de Manoel Fiel Filho, um operário, pelas forças de repressão da ditadura.

Haveria de caber uma solução para tantas arbitrariedades, injustiças e desmandos que o regime ditatorial implementado realizava. Os ares da abertura política, o fim ou

abrandamento da censura, e a volta da democracia já começavam a tornarem-se urgentes dentro do panorama brasileiro.

E dentro deste contexto, iniciariamos um novo período de presidência militar com o general Ernesto Geisel, mas, um período que para nossas artes, cultura e criatividade foram de uma riqueza enorme, ímpar, dentro de nossa história.

CAPÍTULO III:

3. Anos Geisel, a flexibilização política, anos dourados de nossa cultura

3.1. O aspecto político:

O governo do general Ernesto Geisel já começou com um diferencial em relação aos outros governos militares, a eleição indireta para presidente com múltiplos candidatos e, com um partido de oposição, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) de Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho. contra o candidato da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), no caso o partido da situação. Mesmo sabendo que não tinham chances de vitória, mas, mais como uma denúncia as falhas do sistema e a opressão sofrida.

Como acontece com todo governo, quando a economia não anda bem o povo cobra. O governo convocou Mário Henrique Simonsen, um dos melhores economistas da época, para lançar o novo plano de desenvolvimento, para tentar conciliar o crescimento econômico com a onda inflacionária de então. Situação que se repetiria nos anos vindouros (sina brasileira). Com investimento estatal o governo apostou principalmente no incremento das empresas governamentais.

Mas, devido a própria situação mundial, com crise no petróleo, o governo não logrou sucesso nessa investida, o que aumentaram os protestos da oposição. Mais ainda, nas eleições parlamentares de 1974, a oposição conquistaria 40% das cadeiras do Congresso Nacional, o que demonstrava o descontentamento popular e somado a que outros integrantes do regime defendiam uma flexibilização para que o domínio dos militares perdurasse um pouco mais.

Dentro desta luz que se abria, no regime governamental, a de uma maior liberalidade, um fato veio enevoar o horizonte promissor que se desenhava. Em outubro de 1975, nas

dependências do DOI-CODI em São Paulo foi achado morto em sua cela o jornalista Vladimir Herzog em situação muito suspeita, pois estava enforcado com um lençol em torno de seu pescoço, mas, com os pés no chão. Fato este que propiciou que todas as entidades civis do Brasil como a Ordem dos Advogados do Brasil, a União Nacional dos Estudantes, Associação Brasileira de Imprensa, Associação Brasileira para o Progresso da Ciência e outras mais, se unissem para duas grandes pautas: a anistia aos presos políticos e a convocação de uma nova Constituinte.

Mas o governo reagiria em 1977 com o chamado pacote de abril onde, promovia uma desarticulação política sustentada pelas premissas do AI-5 (ato institucional nº5). Congresso Nacional foi fechado, quando ao mesmo tempo o judiciário e a legislação alterados. As campanhas eleitorais foram restritas, o mandato presidencial passaria para 06 anos e as leis seriam aprovadas por maioria simples.

Com isso o presidente Geisel continuava em seu propósito de uma “abertura” lenta e gradual, afastando os radicais do governo, abrindo portas para a chegada de um novo presidente militar. Ainda no final de seu governo o presidente Ernesto Geisel ainda revogaria o AI-5, mas, daria o direito ao próximo presidente de decretar o estado de sítio a qualquer momento, mantendo o estilo conservador da república.

Inegável também seria dizer que Geisel promoveu o desenvolvimento econômico do Brasil e a modernização do país, implementando também uma série de reformas importantes como a criação do PIS/PASEP e a reforma agrária nacional. Abriu também o país para o investimento estrangeiro, fortalecendo nossas relações diplomáticas, apesar, do regime autoritário que tínhamos então. Além disso promoveu a Lei de Anistia que possibilitaria o retorno de diversos brasileiros exilados durante o regime militar.

Com abertura política promovida por Geisel possibilitaria o surgimento de novas lideranças políticas e uma maior participação popular na política, isso foi um grande avanço no processo de redemocratização do país.

3.1.1. O aspecto cultural:

Durante o governo de Ernesto Geisel a censura ainda estava presente, mas isto só motivou uma resistência por parte dos artistas, jornalistas e intelectuais da época, estimulando uma onda criativa no contexto cultural brasileiro ímpar em sua história, com grandes ecos ainda atualmente

Vários artistas usaram de sua arte, escrita, cantada ou mesmo representada para driblar a censura e emitir um grito de liberdade contra as duras condições que a censura impunha.

Um dos movimentos mais expoentes foi a chamada Tropicália, liderado por artistas como Caetano Veloso e Gilberto Gil. Através de sua música expunham crítica social e política de seu tempo, um exemplo foi a música “Podres Poderes” que em sua letra dizia:

“Enquanto os homens exercem
 Seus podres poderes
 Motos e fuscas avançam
 Os sinais vermelhos
 E perdem os verdes
 Somos uns boçais
 Queria querer gritar
 Setecentas mil vezes
 Como são lindos
 Como são lindos os burgueses
 E os japoneses
 Mas tudo é muito mais
 Será que nunca faremos senão confirmar
 A incompetência da América católica
 Que sempre precisará de ridículos tiranos
 Será, será, que será?
 Que será, que será?
 Será que esta minha estúpida retórica
 Terá que soar, terá que se ouvir
 Por mais zil anos
 Enquanto os homens exercem
 Seus podres poderes
 Índios e padres e bichas
 Negros e mulheres
 E adolescentes
 Fazem o carnaval
 Queria querer cantar afinado com eles
 Silenciar em respeito ao seu transe num êxtase
 Ser indecente
 Mas tudo é muito mau
 Ou então cada paisano e cada capataz
 Com sua burrice fará jorrar sangue demais
 Nos pantanais, nas cidades
 Caatingas e nos gerais
 Será que apenas os hermetismos pascoais
 E os tons, os mil tons
 Seus sons e seus dons geniais
 Nos salvam, nos salvarão
 Dessas trevas e nada mais
 Enquanto os homens exercem
 Seus podres poderes
 Morrer e matar de fome
 De raiva e de sede
 São tantas vezes
 Gestos naturais
 Eu quero aproximar o meu cantar vagabundo
 Daqueles que velam pela alegria do mundo
 Indo e mais fundo
 Tins e bens e tais” (Veloso, 1984)

Dentro do cinema brasileiro, houve as produções de filmes marcantes como “Dona Flor e seus Dois Maridos”, com Sônia Braga e José Wilker, “Pixote, a Lei do Mais Fraco”, com Marília Pera.

Artistas plásticos exploraram diversas linguagens e técnicas e no teatro grupos como os dos Teatros Opinião, Arena e Oficina montaram espetáculos e peças revolucionárias que abordavam a real situação política que vivíamos. Dramaturgos como Oduvaldo Viana Filho, Augusto Boal e José Celso Martinez Correia foram figuras culturais importantes nesse período.

As lutas e reivindicações populares em reação ao AI-5 na década anterior com certeza refletiram muito na criatividade e produção cultural nos anos Geisel (1974 a 1979). Peças como “Rasga Coração” apresentaram concepções de tempo e espaço não usuais, desafiando as ideologias burguesas.

Os anos 70 e o período do governo Geisel foram um período de criatividade e efervescência cultural e resistência da liberdade únicas em nosso Brasil, fortemente impulsionado pelas restrições do regime militar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O que se pode depreender com a trajetória dos militares no poder da República do Brasil ocorre é claro, sob vários prismas e pontos de vista. O que os fatos nos mostram começa com uma influência grande dos Estados Unidos em nossa política, talvez pela chamada guerra fria que se travava entre dois grandes blocos socioeconômicos: o capitalismo e o comunismo naquele período. O êxito da revolução cubana dentro das Américas tornou real o receio do bloco capitalista em perder sua possível hegemonia dentro de uma região em que seu protagonismo era patente.

Mas, diferentes perspectivas existem e opiniões sempre podem variar, aspectos positivos e negativos dentro de um contexto de um regime de força, onde a democracia, como conhecemos, é deixada de lado, temos que sopesar as consequências de todo esse período.

A que pese ser um regime de força, durante parte deste período tivemos um avanço econômico, com grandes obras de infraestrutura iniciadas ou realizadas em toda sua extensão, como a Rodovia Transamazônica e a Usina de Itaipu.

A parte da Educação enriquecia-se, apesar do banimento injustificado das disciplinas de história e sociologia, genericamente chamadas de marxistas, com as aulas de educação moral e cívica e educação artística que acredito terem sido um ganho, pois além de estimular o sentido de ser brasileiro, completava nas escolas públicas a educação que vinha da família.

Fui testemunha ocular e presencial desse período, e tenho meus próprios julgamentos sobre ele, que tentei apresentar neste trabalho. Evidentemente que aspectos negativos também foram presentes, como restrições à liberdade civil, violência e tortura, desigualdade social, que por acaso acontece até no Brasil de hoje, mas, com o fim do regime militar a Anistia e a Constituição de 1988, deram início a redemocratização do país.

O período da ditadura militar foi um tempo duro para o Brasil, mas, nos ensinou várias coisas como, amor a liberdade, aos direitos civis, ao não a violência, e sim a

democracia, onde a vontade do povo sempre tem que ser soberana, pena que tenha que ser sempre desafiada para que possamos entender que ainda não temos opção melhor.

O Brasil amadureceu e hoje não cabem mais ações que culminaram em 1964.

Duro aprendizado, mas talvez tenha sido necessário para termos instituições mais fortes e justas, apesar dos tropeços e dificuldades que ainda persistem.

A Democracia é um organismo vivo e, como tal, sempre em aperfeiçoamento crescente. Não é um produto pronto, sempre é necessário cuidar e aperfeiçoar para que possamos desfrutá-la sem sustos ou surpresas.

REFERÊNCIAS

BUARQUE, C.; NASCIMENTO, M. **Cálice**. Phonogram, , 1978. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/chico-buarque/calice.html>>

DE CARVALHO, J. M. **Forças Armadas e política no Brasil**. [s.l.] Todavia, 2019.

DE MELLO, J. M. C.; NOVAIS, F. A. **O capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. [s.l: s.n.].

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2019.

FERNANDES, Natalia Ap. Morato. A política cultural à época da ditadura militar. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, v. 3, n. 1, jan-jun 2013, pp. 173-192

FERREIRA, J. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

Getúlio Vargas: biografia resumida e governo - Sua Pesquisa. Disponível em: <<https://www.suapesquisa.com/vargas/>>. Acesso em: 25 out. 2023.

Governo João Goulart. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/governo-joao-goulart.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2024.

GUSTAVO, M. **Pra frente Brasil**. Rádio Globo, , 1970. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/hinos-de-futebol/394819/>>

JÚNIOR, A. B. **História, Sociedade & Cidadania - 9º ano**. São Paulo: FTD Educação, 2018.

NAPOLITANO, M. **1964: história do regime militar brasileiro**. [s.l: s.n.].

SILVA, D. N. **Estado Novo**. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/estado-novo-1937-1945.htm>>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SIMÕES, J. M.; DARBILLY, L. V. C. Administração, cultura e desenvolvimento. **Cadernos EBAPE BR**, v. 5, n. 2, p. 01–08, 2007.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VANDRÉ, G. **Para não dizer que não falei das flores**. Som/Maior, , 1968. Disponível em:
<<https://www.lettras.mus.br/geraldo-vandre/para-nao-dizer-que-nao-falei-das-flores/>>

VELOSO, C. **Podres Poderes**. Philips Records, , 1984. Disponível em:
<<https://www.lettras.mus.br/caetano-veloso/44764/>>